

A ação política do Partido dos Trabalhadores e a busca do equilíbrio*



Ana Lúcia Aguiar Melo

Administradora, Especialista em Pensamento Político Brasileiro e Mestre em Ciência Política

*Este artigo é parte da dissertação de Mestrado defendida no Curso de Mestrado em Ciência Política/CCSH/UFSM em agosto/98 e teve como orientador o Prof. Dr. Selvino Antônio Malfati.

resumo

Este estudo trata do exame e da qualificação da elite parlamentar de esquerda, representada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara dos Deputados. O levantamento do perfil político e do perfil sócio-econômico da bancada petista envolveu o exame das quatro legislaturas em que o PT tomou assento no legislativo federal - 1983, 1987, 1991, 1995. O estudo analítico-interpretativo foi realizado através do levantamento do repertório biográfico de todos os parlamentares do PT na Câmara dos Deputados, bem como da avaliação à consulta aos deputados da atual legislatura que responderam ao questionário que versa sobre a trajetória política destes antes do PT e após a sua adesão ao partido; sobre a definição de seu eleitorado e a participação em tendências internas no Partido. A pesquisa apurou que a participação dos parlamentares petistas na política foi construída praticamente através do PT, desde sua fundação, em 1980, onde 83,4% destes fizeram sua adesão, oriundos principalmente do movimento sindical (57,79%) e dos setores terciário e secundário da economia brasileira, respectivamente. Os parlamentares petistas federais também objetivam sua participação política através do processo eleitoral, pois 54,1% obtiveram um ou mais mandatos legislativos anteriores e preferem ouvir suas bases eleitorais do que participarem das tendências internas.

palavras-chave

Política, Trabalhadores, Tendências

abstract

This study examine and qualify the oppositional parliamentary elite, represented by the Workers' Party (PT) in the Chamber of Deputies. The political and socioeconomical profile of the party was studied in the four times in which PT had a place in the federal legislative - 1983, 1987, 1991, 1995. The analitical-interpretative study was done through a survey of the biographical repertory of all PT deputies as well a questionnaire done with the current deputies. The questionnaire is about the deputies' political way before and after the adhesion to the party; the definition of their body of electors and their participation in the domestic tendencies in the party. The research discovered that the role of the PT deputies in the politics was made, practically, by the PT since its foundation in 1980, when 83,4% of them did their adhesion which came mainly from syndical movement (57,79%) and from terciary and secondary sectors of brazilian economy, respectively. The PT federal deputies also intend to participate politically through the electoral process, because 54,1% had one or more previus legislative mandate and they prefers to hear their electoral bases and reveals itself of little importance to their participation in the domestic tendencies.

Key Words

Politics, Workers, Tendency

Introdução

O elemento básico deste estudo é a ação política do PT retratada pela análise da trajetória política da elite petista que está na Câmara dos Deputados desde o seu recrutamento pelo partido até sua ascensão ao Parlamento nacional. Esta análise também investiga a relação existente entre os parlamentares federais e as tendências internas no PT. Ao apontar o perfil parlamentar e o modo como se deu o recrutamento dessa elite, podemos estabelecer uma relação dos grupos, ou setores da sociedade civil que formam e representam essa nova elite de esquerda. Essa elite política representa uma nova concepção de partido, que migra das práticas socialistas, que não chegaram a ser relevantes nem intra¹ ou extra-partido, para a sua consolidação como representante de estratos sociais organizados e dos desassistidos, imprimindo assim uma visão mais abrangente de democracia.

As fontes que subsidiaram esta pesquisa foram: o Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados, o questionário respondido pela bancada federal petista da atual legislatura e a entrevista com militantes e lideranças nacionais. O critério da entrevista foi o intencional, realizada entre os militantes das principais tendências nacionais – Articulação, Articulação de Esquerda, Democracia Radical, Democracia Socialista e ainda com quatro lideranças nacionais do partido no Rio Grande do Sul.

Tanto a democratização processual interna do PT quanto a representação política em cargos públicos vem trazendo reflexos na ação política. Essa ação vem se traduzindo através do reconhecimento de novas camadas emergentes da sociedade – principalmente oriundas dos movimentos sociais – e da interlocução de classes no poder, originárias das camadas média e baixa da sociedade. Esse novo referencial no campo político é cre-

ditado, em boa parte, ao PT², devido à evolução de sua representatividade frente ao sistema político.

Para as lideranças parlamentares, a institucionalidade, o poder efetivo abrem um leque de outras ações (principalmente fora dos grupos de pressão e quadros representados pelo partido) – que podem entrar em choque com a orientação primeira originada no partido – pois as decisões que são tomadas na Câmara dos Deputados atendem, em parte, ao conjunto da sociedade e ao Executivo, mesmo opondo-se a esse, como é o caso do PT. Por isso as mudanças no cenário político têm um papel fundamental na concepção política do Partido, onde se destaca:

1) as eleições não são mais uma novidade, mas sempre estão apresentando mudanças, principalmente com a retomada de uma base social de esquerda no cenário político, onde o PT foi um dos partidos que mais contribuiu para esta alavancagem, principalmente na Câmara dos Deputados;

2) a conjuntura política nacional muda numa velocidade significativa, o que faz com que o PT, comprometido com as mudanças para uma sociedade mais justa e igualitária – que seria o socialismo –, tente acompanhá-las.

As eleições, tanto majoritária quanto proporcional, são um fator substancial no sistema político brasileiro e essas influenciam diretamente na condução política do PT, resultando em redimensionamento constante do esforço concentrado nas tendências internas e nas demais instâncias de decisão do Partido.

Mesmo que o PT priorize a trajetória política construída no interior do Partido para a concorrência a um cargo eletivo e a seleção dos candidatos e pré-candidatos ter a influência direta das tendências internas, essa influência torna-se implícita em se tratando da eleição, na

¹ A ideia de um partido monolítico, conforme Lênin prescreve em "O que fazer" (1902) e "Um passo para frente e dois para trás" (1904) nunca foi real no PT, devido às várias clivagens ideológicas, representadas pelas tendências, correntes internas. Esta conclusão vem da análise do artigo de LOWY (1962).

² Este referencial o PT vem consolidando através do sucesso eleitoral, mas antes conquistado como alternativa objetiva de representação da sociedade desprovida de direitos, de cidadania.

busca do voto no mercado eleitoral.

Com a proximidade das eleições, recorrentemente as tendências internas no PT necessitam de maior coesão dentro do próprio bloco em que se constituem e de coalizão interna frente à conjuntura política, entre os blocos constituintes³, o que resulta em redimensionamento e perda de peso político interno, se consideradas isoladamente, o que evidencia o papel do representante político.

³ Há um delineamento a partir das Resoluções do 8º ENPT/93 de dois blocos que começam a se consolidarem: um bloco mais sensível à social-democracia e outro bloco com tendência a acirrar a disputa ideológica pela via marxista-leninista.

1. As elites de esquerda

A representação político-partidária tem levado o PT a alguns ajustes na sua condução política, pois o partido passa a ter expressão pública considerável, forçando-o a assumir posições extra-partidárias. O Parlamento significa para o PT uma das formas de representação política, embora a participação em movimentos sociais e populares também seja relevante. As características principais são:

a) a representação é plural – o partido reconhece o Parlamento como de representação plural, mas se nega, tanto no discurso quanto na ação, a representar os interesses da classe dominante – o que corrobora com o discurso da esquerda – embora represente os interesses do Estado, estando esse disposto a uma política intervencionista. Portanto, não há no momento qualquer possibilidade de enquadrar o PT como um partido eleitoral ou do tipo “cacht all”, ou seja, partido pega-tudo, ou partido-ônibus. (CÉSAR, 1995);

b) o Partido empenha-se em representar e consolidar o alargamento da base social no sistema político. Há a representação de forma orgânica dos pobres, dos

desassistidos e das camadas médias organizadas societariamente, ou seja, há a representação da liderança desses no Parlamento;

c) com a representação orgânica, o PT reforça a confiança neste tipo de representação e confirma que, com a institucionalidade, há um caminho menos tortuoso a seguir. Como reforça Przeworski (Apud MOISES e ALBUQUERQUE, 1989, p.24): “...os líderes são representantes, isto é, participam de instituições representativas;... a representação faz diferença para o bem-estar de seus seguidores”;

d) a tensão interna no PT diminui muito junto a bancada petista na Câmara dos Deputados, pois a votação tem ocorrido em bloco. A coesão entre a bancada é muito alta, sendo igualmente alta a coalizão entre os partidos de esquerda.

Ainda que prepondere nessa nova elite parlamentares com alto grau de especialização cultural ou profissional, o partido agrega um novo tipo de formação social: são as lideranças de trabalhadores de baixa renda, os líderes de movimentos de minorias (negros, índios, mulheres, sem-terra), que alcançaram a condição de elite parlamentar, por expressarem fielmente os anseios de grupos que clamam por participação nas decisões que, até então, não lhes diziam respeito, ou melhor, não eram considerados como cidadãos com direito a participar. Há, assim, um claro alargamento da base social no sistema político com a inclusão dessa elite oriunda da plebe. (RODRIGUES, 1995).

Ao investigar a trajetória de vida política dos parlamentares petistas na Câmara dos Deputados, foi necessário relacionar que espécie de capital social e de capital político o PT tem agregado entre a elite política que o compõe. Ao buscar a relação da teoria dos campos a outras categorias retratadas por BOURDIEU (1989), como o conceito

A representação político-partidária tem levado o PT a alguns ajustes na sua condução política, pois o partido passa a ter expressão pública considerável, forçando-o a assumir posições extra-partidárias.

de "profissionais da política", da dualidade das relações com o campo político (os "profanos", as instituições) e com o "aparelho" (uma instituição ou partido), traçamos o perfil do parlamentar de esquerda na Câmara dos Deputados.

O enfoque são as lideranças que concorrem às eleições, pois ao acumularem capital social e político através de suas ações, essas passam a ser reconhecidas e traduzidas através do mandato legislativo, o que lhes garante a sobrevivência política e a representação. O que se demonstra é que as lideranças, ao invés das tendências, têm preponderância, porque

A simples "corrente de idéias" não se torna num movimento político senão quando as idéias propostas são reconhecidas no exterior do círculo dos profissionais. As estratégias que a lógica da luta interna impõe aos profissionais, e que podem ter como fundamento objetivo, para além das diferenças professadas, diferenças de *habitus* e de interesses (ou, mais precisamente, de capital econômico e escolar e de trajetória social), ligadas a posições diferentes no campo, só podem ser bem sucedidas na medida em que encontrarem as estratégias (por vezes inconscientes) de grupos exteriores ao campo (toda a diferença entre o utopismo e o realismo situa-se aí). (BOURDIEU 1989, p. 183)

O capital político de que fala Bourdieu está relacionado ao crédito e à fiança delegados ao representante por parte dos representados. Os parlamentares petistas em sua maioria enquadram-se na categoria do "capital político objetivado", pois estão no Partido desde sua fundação (83,49%) e, antes disso, estiveram ligados ao sindicalismo, aos movimentos sociais e populares e nesse campo foram acumulando e renovando esse capital, hoje maximizado em um cargo legislativo e comumente renovado, já que a reeleição tem sido constante entre os

parlamentares petistas.

2. Pluralidade interna e unidade externa do PT

A fracionalização é o diferencial do PT em relação aos outros partidos, sejam de esquerda, sejam de direita, porque ela é explícita e regulamentada internamente e não atinge apenas as lideranças. O debate interno ainda tem se fortalecido nas tendências, embora possa vir a "atrapalhar" o encaminhamento das ações, logo adiante, na decisão composta pela maioria. Esse procedimento é da praxis democrática do PT, mas pode vir a atrasar a tomada de decisão e, assim, a eficácia das ações ficariam prejudicadas.

Do ponto de vista da teoria democrática essa prática petista consubstancia-se num modelo processual – regras definidas para várias situações de disputa interna – nesse caso dirigido a uma instituição participante do sistema político, o que corresponde ao modelo teórico da democracia.

3. Tendências internas petistas

As tendências, frentes – até facções, termo usado por SARTORI (1982) – são uma realidade nos partidos políticos brasileiros⁴, embora o sistema eleitoral não as reconheça oficialmente⁵. No PT, as tendências internas – definidas assim por terem garantido um espaço para o debate político interno e, nesse estudo, reportarem-se àquelas que possuem uma

A fracionalização é o diferencial do PT em relação aos outros partidos, sejam de esquerda, sejam de direita, porque ela é explícita e regulamentada internamente e não atinge apenas as lideranças.

⁴ Obra que elucida esta temática está em SILVA, Antônio Ozai do (1981), *História das Tendências no Brasil*.

⁵ No início da década de 80, o sistema eleitoral reconhecia as sub-legendas, que em seguida foram suprimidas.

identidade nacional — acompanham o Partido desde a sua origem. Elas têm um papel importante na condução política e ideológica até o momento, devido a sua organização formal, desde 1987, com a aprovação no V Encontro Nacional do PT, da resolução de direito de tendência. As tendências nacionais são: Articulação, Articulação de Esquerda, Democracia Radical, Democracia Socialista e Força Socialista.

Os principais segmentos que formaram as tendências serão relacionados a seguir, embora esta divisão seja apenas analítica, pois esses podem estar presentes em qualquer uma das tendências:

a) **vanguarda revolucionária** — pequeno número de membros, se considerarmos as várias tendências que existiam na época da ditadura, oriundos de vários grupos do movimento revolucionário clandestino. No Brasil, a vanguarda revolucionária aproveitou-se do momento que vivia o movimento sindical para aliar-se a ele e fundar o PT. Ainda existia a clandestinidade, a observância da doutrina leninista, stalinista e trotskista a fazerem parte do cotidiano desses grupos e, como pano de fundo, o regime repressor que ainda vigorava.

b) **sindicalistas** — maior expressão e maior número de aderentes, principalmente do ABCD⁶ paulista. Foi nesse segmento que se viu despontar, gradativamente, a consciência de classe. A crescente industrialização, apoiada por um Estado autoritário e repressor das camadas menos privilegiadas, resultou também em transformação social. Existia, por parte dessa classe social (operariado industrial) emergente, a necessidade de também obter os benefícios, as novas e melhores condições de vida que a industrialização estava propiciando à burguesia, sem contrapartida a outros setores da vida social.

c) **católicos da igreja progressista** — número considerável de aderentes.

Inicialmente é a grande força do PT, por seu suporte institucional, embora esse grupo hoje tenha poder interno quase inexpressivo. Esta doutrina católica reúne um misto de marxismo — a defesa dos trabalhadores (pobres) e sua emancipação — com o humanismo religioso, que envolve questões éticas e de solidariedade e transformação social para os oprimidos. A orientação da Conferência dos Bispos da América Latina em Puebla, de “opção pelos pobres” (LOWY, 1991) em 1979, veio reforçar a defesa dos mesmos, tanto no campo político como social.

O PT nasceu para buscar o socialismo, mas hoje tem como metas a extensão da cidadania para todos e a atualização da agenda dos direitos humanos, ou seja, a agenda do humanismo tornou-se prioritária, em vez do marxismo.

Ao analisar a Resolução de Direito de Tendência, as principais conclusões nos levam a definições do tipo:

a) as tendências/correntes e frentes têm expressão interna, o que assegura a participação e representação da maioria intrapartidária, embora isto signifique negociação interna constante e busca de coalizão;

b) a participação em uma tendência interna no PT é comum para os filiados;

c) geralmente o conflito não extrapola ao controle do poder interno do Partido. Se isso ocorrer, os indivíduos responsáveis por essa transgressão sofrerão sanções — com julgamento na Comissão de Ética — que podem chegar à expulsão do Partido;

d) as teses — que tanto podem ser lançadas pelo Diretório Nacional, pelas tendências, ou por “independentes” — não apoiadas e as não vencedoras nas Convenções do Partido, poderão ser relançadas e aceitas, de acordo com o momento político interno ou externo;

⁶ Cidades da grande São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema.

i) a indefinição pelo tipo de socialismo, se o PT caminha em direção do, ou se cada vez mais essa possibilidade é remota, também reverte-se em tensões internas, ruptura, cisão - o que é raro, se considerarmos apenas as tendências nacionais.

Segundo os dados fornecidos pela Secretaria de Organização da Executiva Nacional do PT, a correlação de forças das tendências internas com relação à bancada petista na atual legislatura da Câmara dos Deputados está significativamente representada por vinte e um deputados que não se alinham a nenhuma das correntes nacionais (42%), no máximo fazendo parte de algum grupo local em seu estado de origem. Os vinte e nove restantes pertencem à Articulação (38%), Articulação de Esquerda (12%), Democracia Radical (4%), Democracia Socialista (2%) e Força Socialista (2%).

Um outro dado relevante é a força da Articulação (38%). Os percentuais agregados da Articulação e dos independentes resultaria em que 80% da bancada petista têm um projeto político que busca representar uma ampla parcela da sociedade, pois tanto os "não-alinhados", quanto a Articulação são favoráveis à representação e abertura do partido à sociedade.

4. Opiniões Políticas

A disposição de 31,11%⁷ da atual bancada petista federal em expor e traçar sua trajetória política antes do PT e após sua adesão, a participação ou não na estrutura partidária, enquanto militante ou dirigente, e, ainda, a participação em tendências, nos permitiu traçar um esboço confiável e significativo do papel que o representante político faz de si mesmo e de sua representação de parte da sociedade civil.

A bancada petista estaria identificada com a classe trabalhadora, mas num modelo muito amplo de "trabalhadores", onde se destaca a classe média, principalmente aquela que se organiza em movimentos sociais e populares da zona urbana. Dentre estes, as lideranças do movimento sindical do setor privado e uma ênfase para o setor público, os professores, bancários, intelectuais de esquerda e pequenos empresários.

O destaque é em relação ao envolvimento da liderança com os movimentos sociais, o que confirma sua trajetória política construída desde muito cedo, onde 57,14% dos parlamentares envolveram-se na política na década de 70, conjugando atuação profissional ou estudantil e, ainda, relações com o movimento revolucionário clandestino em oposição à ditadura militar.

O movimento clandestino (PCBR, MR-8, O Trabalho) teve a participação de 28,57% dos respondentes. A Igreja, através das pastorais, CEB's e movimentos populares, contaram com a participação de 42,85% desses parlamentares, bem como o sindicalismo, em percentuais semelhantes. Os parlamentares também participaram do movimento estudantil (21,42%).

É relevante esse resultado, que demonstra que havia mobilização, apesar dos anos 70, no Brasil, significarem a convivência com a ditadura militar, um "período de exceção" e de pouca liberdade de expressão. A partir da década de 80, todos⁸ os parlamentares que responderam ao questionário estavam envolvidos diretamente com a política, seja através do movimento sindical, principal segmento, o que comprova a forte adesão dos sindicalistas ao PT desde sua fundação, em 1980, seja através de outros movimentos sociais e populares que eclodiram nesse período.

⁷ Percentual relativo aos Deputados Federais do PT da atual legislatura (1995-99) que responderam ao questionário. A bancada atual é de 50 deputados, diplomados em janeiro/95.

⁸ As principais respostas: envolvimento em greves e campanhas salariais em vários sindicatos, fundação do PT, fundação da CUT, MST, comunicações, serviço público, vereança.

4.1. As lideranças nacionais e as tendências

Foram colhidas informações de quatro lideranças, sendo que três desses estão no Diretório Nacional do Partido, praticamente desde sua fundação. As entrevistas foram realizadas com o Dep.Fed. José Fortunatti, atual Vice-Prefeito de P.Alegre; Olívio Dutra, Presidente Regional em 96/97, ex-Prefeito de Porto Alegre e atual governador eleito do RS; Raul Pont, Vice-Prefeito em 1996 e atual Prefeito de Porto Alegre e Tarso Genro, Prefeito de Porto Alegre até 1996.

Olívio Dutra e José Fortunatti são fundadores do PT a partir do grupo "Articulação dos 113". A adesão de Raul Pont ao PT se dá a partir da Tendência Socialista, que sai do MDB e entra no PT. Tarso Genro adere ao PT através do grupo Ala Vermelha, dissidência do PCdoB, desde a fundação do primeiro. Apenas Raul Pont afirma pertencer a uma tendência no momento.

Apesar dessas opiniões não serem unânimes e representarem apenas uma parcela pequena do pensamento do Diretório Nacional⁹, pode-se perceber que a coalizão de forças e a negociação têm se firmado em outro prisma onde fica clara a adesão a um projeto de "abertura" e de democracia, principalmente se levarmos em conta as respostas afirmativas do reconhecimento de uma sociedade plural. No PT essa pluralidade está representada pelas tendências.

Já as tendências, ao mesmo tempo que "enriquecem" o debate interno, foram redimensionando-se no sentido de terem um lugar específico na democracia intrapartidária e agora não mais ocuparem uma posição primordial, haja vista o aparecimento de dois pólos distintos que abrigam as várias tendências: PT Amplo e Democrático e Opção de Esquerda.

5. O perfil da elite petista e as tendências internas

O levantamento do perfil sócio-econômico dos Deputados Federais petistas foi realizado através do repertório biográfico da Câmara dos Deputados (CD). Os dados apontados por esse repertório referem-se às legislaturas em que o PT participa - 1983 a 1995 - seguindo o roteiro de: profissão, nascimento, filiação, escolaridade (com menção específica a estudos e graus universitários), mandatos eletivos anteriores, atividade partidária e/ou parlamentar.

No total foram analisados 109 repertórios biográficos, sendo esse o número de cadeiras correspondentes ao PT nessas quatro legislaturas até 1995¹⁰. O número de indivíduos pertencentes ao PT com assento na Câmara dos Deputados até a legislatura atual são 79, embora as cadeiras pertencentes ao PT até 1995 somem 109. Essa diferença entre indivíduos e cadeiras (37,97%) demonstra o alto grau de reeleição da bancada petista (54,1%). Tanto a manutenção de lideranças é significativa, quanto sua renovação, resultado do crescimento (88%) da bancada petista, pelo aumento no número de assentos conquistados.

Gênero

A representação feminina petista junto a Câmara dos Deputados é significativa - (14,6%) é o percentual agregado das quatro legislaturas em estudo. Se considerarmos toda a história da representação feminina no Congresso Nacional, essa oscila em torno de 5% a 7%. Com esse dado, evidencia-se que o percentual de 30% para a representação feminina apro-

⁹ O Diretório Nacional eleito em 1995, no 10º ENPT, estava composta de oitenta e cinco membros, sendo que quinze destes são detentores de um cargo no Congresso Nacional.

¹⁰ Em 1997, após um arranjo na CD, em virtude das eleições municipais de 1996 o PT recebe mais uma cadeira, ficando com 51 deputados. Um deputado do PSB assume uma prefeitura e a suplência pertence ao PT, em virtude de coligações.

vado no VII ENPT em 1990 para os cargos de delegação e direção no Partido refletiu na representação política externa. Antes de 1996, a representação política feminina apenas contava com o voto do eleitor, mas a partir dessa data, está assegurada regimentalmente pelo sistema eleitoral a cota de 20% de participação feminina para somar em cada partido para concorrer às eleições em qualquer nível. A participação masculina na CD é de 84,5%, agregando-se as quatro legislaturas.

Escolaridade

Considerando as quatro últimas legislaturas, os deputados petistas da CD têm, em sua maioria, grau universitário (70,6%) e alcançam um percentual elevado o número de parlamentares com pós-graduação (38,5%) - mestrado e doutorado.

Segundo a opinião corrente, possuir nível superior seria o requisito básico para ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados e o PT não fugiria à regra. Mas o PT inova ao recrutar lideranças para o legislativo entre os não graduados. Em um percentual cumulativo, são 19,2% os parlamentares com 1º e 2º graus. Desse percentual, 11,9% dos deputados petistas que estão ou já passaram pelo Parlamento federal têm apenas o 1º grau. Com o 3º grau incompleto, se encontravam 6,4% dos parlamentares petistas. Esses dados, correlacionados com a idade, podem ser melhor observados na ta-

bela a seguir:

Profissão

O registro da profissão é importante para traçar o perfil sócio-econômico e verificar as principais profissões as quais pertencem os parlamentares petistas. A maioria dos parlamentares petistas (77,8%) estão ligados ao setor terciário. Esse percentual elevado confirma a preponderância de líderes provenientes das classes trabalhadoras e das classes médias com alto grau de organização societária, o que se apurou através do cruzamento dos dados da profissão e ocupação profissional.

O setor terciário, vinculado principalmente aos serviços é significativo (77,8%). A representação do setor secundário fica com (17,4%), predominando a profissão de metalúrgico, — segmento da indústria pesada onde surgiram os principais líderes fundadores do PT. Outro segmento é o primário (4,5%), com pequena representação na agricultura. Os agricultores são pequenos proprietários, geralmente com atividade agropastoril familiar. Tanto os parlamentares que exerceram algum tipo de profissão junto à agricultura, quanto os relacionados à construção civil, já não a exerciam há muito tempo, quando do ingresso na Câmara dos Deputados.

Ocupação Profissional

TABELA1 - Idade por escolaridade da atual legislatura

IDADE	1º GRAU	2º GRAU	SUP. INCOMP.	SUPERIOR	PÓS-GRAD.	TOTAL%
30 a 45	4,0	8,0	10,0	18,0	16,0	56,0
46 a 60	2,0	2,0	0,0	6,0	28,0	38,0
mais 60	0,0	0,0	0,0	2,0	2,0	4,0
TOTAL	6,0	10,0	0,0	26,0	46,0	100,0

Fonte: Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados

Ao mesmo tempo que o PT consolida-se no sistema político, extrai de suas fileiras suas lideranças e condutores de seu projeto político.

A ocupação profissional, nesse estudo, reflete a posição do parlamentar frente à participação nas organizações representativas da sociedade, tendo essas um elo com as atividades do trabalho. O que se constatou é que essa representação liga-se à política principalmente, mas também à atividade laborial e assim vinculada a sua profissão inicial ou em atividades associativas e organizativas de suas profissões.

A participação nos sindicatos se dá, em muitos casos, nas instâncias diretivas ou de assessoria, isto é, de acordo com a profissão escolhida pelo parlamentar (é o caso principalmente dos advogados, jornalistas e professores).

Essa disposição em ser parte e expressar ações que combinem política e organização social resulta em que 54,1% já foram parlamentares pelo PT em outra legislatura, seja a nível estadual (22,9%), seja a nível federal (31,19%); no Executivo e Legislativo municipal são 12,8% dessa população.

Michels, ao criar sua teoria da organização, coroada pela "lei de ferro da oligarquia", enfatiza que "à medida que

o partido moderno evolui em direção a uma forma de organização mais sólida, percebe-se pronunciadamente a tendência a substituir os chefes ocasionais por chefes profissionais" (In: TAVARES, 1994, p. 270). Ao mesmo tempo que o PT consolida-se no sistema político, extrai de suas fileiras suas lideranças e condutores de seu projeto político.

6. A participação dos petistas nos movimentos sociais

É importante ressaltar que os movimentos não se constituem em partidos e não seguem uma política partidária *stricto sensu*, mas sim de opinião, o que resulta em expressão pública de parte dos cidadãos envolvidos nas questões atinentes a esses movimentos.

Com a instauração da "cultura do medo", houve a reação da sociedade civil ao corte das liberdades democráticas, não imediatamente após o golpe militar, mas aos poucos a sociedade se organiza em novos movimentos sociais que eclodiram no fim da década de 70 - principalmente com o surgimento do "novo sindicalismo" ou "sindicalismo autêntico"

TABELA 2 - Movimentos sociais por região e participação parlamentar

	MOV. SINDICAL	PASTORAIS	OUTROS	MOV. MORADIA	NÃO PARTICIP.	TOTAL
NORTE	3,67	0,92	-	0,92	-	5,51
NORDESTE	7,34	-	0,92	0,92	-	9,17
SUDESTE	31,19	1,83	12,84	4,57	9,17	59,63
CENTRO	3,67	-	0,92	0,92	-	5,51
OESTE						
SUL	11,93	4,59	3,67	-	-	20,18
TOTAL	57,8	7,34	18,35	7,34	9,17	100

Fonte: Repertório Biográfico da CD

Esses movimentos reativos que eclodiram nessa época refletem a vontade de lutar contra a opressão, contra a exploração, como menciona ALVES (1989)

Uma vez passada a dor da tortura, permanece a raiva contra a institucionalização da dor e do terror. A realidade da opressão é mais poderosa como estimulante do que o medo como dissuasivo [...] A longo prazo, a dor da opressão diária foi mais forte que a dor da tortura".(p.171).

Ao analisar a tabela 2, correlacionamos as regiões brasileiras de origem do parlamentar e a sua participação em movimentos sociais, definindo-os como aqueles que se baseiam numa organização societária de cunho institucional e reivindicatório. Fica evidente a unanimidade do movimento sindical, como sendo o de maior envolvimento da bancada petista. Podemos afirmar que o PT se originou e continua com "o pé fincado no movimento (sindical)", como afirmam as principais lideranças situadas no pólo à esquerda do partido e, ainda, a tendência hegemônica, apesar de uma mudança também visível na composição desse sindicalismo. Hoje as principais lideranças sindicais que estão no PT vêm do movimento sindical do setor terciário, enquanto que nos anos 80, a maioria vinha do setor secundário (metalúrgicos).

7. O discurso institucional e a busca do equilíbrio

É significativa a preocupação da bancada petista em apresentar projetos em áreas em que o Executivo tem demandado maiores esforços, que são as políticas públicas, o próprio Estado, regulamentação da Constituição e atos que envolvam os partidos políticos e o parla-

mento. Ao representar a classe trabalhadora, o PT procura alterar e emendar artigos constantes na CLT (Consolidação da Leis Trabalhistas), no sentido de torná-la democrática, mas também a representação de políticas que atendam ao exercício pleno da cidadania é relevante¹¹.

A relevância desses projetos está na representação de interesses nacionais e de minorias, principalmente étnicas e a representação das mulheres. Os projetos de interesse nacional revelam a preocupação da bancada petista em criar mecanismos que regulamentem a Constituição de 1988, com relação a políticas públicas como a saúde, especialmente a da mulher e o transplante de órgãos, de autoria do Senador José Eduardo Dutra (PT/SE). Essa é uma Lei que tem gerado muita polêmica na sociedade e na mídia, embora seja relevante o seu conteúdo, porque transforma em doadores, *post mortem*, todos os cidadãos que, em vida, não expressaram disposição em contrário.

Com relação às crianças, foi aprovada a lei que as protege contra o tráfico (CD). No Senado, tramita o projeto do Senador Eduardo Suplicy, que pretende dar às famílias que tenham filhos em idade escolar e que possuam renda *per capita* inferior à metade do salário mínimo, uma renda mínima para a permanência desses na escola. Esse projeto já é lei em alguns municípios brasileiros.

A Reforma Agrária é tratada pelo PT de forma a acelerar este processo, ao criar mecanismos e dar condições para que o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) estabeleça o que é terra improdutiva e a desapropriação para

a preocupação da bancada petista em apresentar projetos em áreas em que o Executivo tem demandado maiores esforços, que são as políticas públicas, o próprio Estado, regulamentação da Constituição e atos que envolvam os partidos políticos e o parlamento

¹¹ Pequena mostra de uma pesquisa sobre os projetos apresentados no Congresso Nacional, na atual legislatura (95-99), realizada pelo Prof. Nelson Carvalho, do IUPERJ, está em VEJA, de 08/04/98 p. 21.

fins sociais.

A questão étnica é atendida com relação ao preconceito de raça e cor - ser considerado crime desde 1989, e alterada essa lei a partir do projeto (1995) de autoria do Deputado Paulo Paim (PT/RS). O reconhecimento (1996) de ZUMBI dos Palmares no "Livro dos Heróis da Pátria" ocorreu a partir da iniciativa da Senadora Benedita da Silva (PT/RJ). Duas resoluções (1993) criaram os grupos parlamentares Brasil-África do Sul e Brasil-Senegal.

Conclusões

Poderia parecer ironia o PT ter crescido tanto institucionalmente, pois sua formação se deu fora do Parlamento e, em pouco tempo - quatro legislaturas - , obtém 9,7% de representação na Câmara dos Deputados na atual legislatura.

Mas o que tem prevalecido no PT é a busca de espaço no cenário político de poder que estava destinado às oligarquias tradicionais e, portanto, não inclusiva da classe dos trabalhadores; essa nova classe que vive-do-trabalho, surgida das novas relações de produção, não apenas proletárias e sim do mundo contemporâneo, onde envolvem-se sindicatos, setor público e seus serviços e outras instituições e movimentos sociais, as quais o partido representa politicamente e intermedia a interlocução com outras instituições de poder - Estado e o poder econômico. Esta intermediação lhe confere um novo papel na arena política, pois o faz reconhecido dos outros partidos e o coloca presente nas decisões e relações de poder.

Esse reconhecimento pelos outros

partidos decorre em novos alinhamentos na condução política do governo brasileiro, porque ao firmar o objetivo em representar uma nova classe autônoma dos trabalhadores, o PT coloca-se numa posição de alteridade no sistema político.

Assim o PT tem feito história, porque parte de uma posição de partido anti-sistema para a de um partido propositivo de mudanças para a efetiva representação de parte da sociedade civil, excetuando-se apenas a representação da classe dominante, ou seja, do grande empresariado industrial e nacional e o grande latifúndio. Em função dessa não representação, ainda é possível confirmar que o PT não é um partido do tipo "catch all", baseando-se nas declarações da definição do eleitorado realizada pelos próprios parlamentares.

O relacionamento interno no PT ocorre entre as tendências, e após o V Encontro Nacional em 1987 essas não são mais frentes partidárias, embora a tensão e a ambigüidade continuem a existir, o que nos leva a concluir que o PT avança em termos de democracia interna, porque reconhece-se plural e dá a devida importância para esse aspecto. A democracia processual interna adotada pelo Partido é um bom começo, apesar dessa ainda não contemplar a participação de todos os filiados, que ainda devem fazer parte das tendências internas para participarem efetivamente com voz e voto nas decisões intrapartidárias.

No entanto, em se tratando do reconhecimento de suas elites, ao menos na Câmara dos Deputados, os parlamentares colocam-se distantes desse jogo político interno. Eles procuram atender aos anseios de sua base eleitoral, que é muito mais ampla que a tendência e ainda primam pela representação do cidadão, condição exemplar na bancada petista, isso comprovada pelos projetos de lei os quais são encaminhados pela bancada, que atendem indiscriminadamente a representação

do cidadão brasileiro.

A avaliação da participação do parlamentar federal em tendências internas é reduzida. Essa avaliação aponta para outra análise: o peso do eleitorado, ou das bases eleitorais do parlamentar, o que ainda define seus projetos prioritários para a legislatura e, muitas vezes, leva-o a disputar e alcançar mais de uma vez um assento, segundo o índice significativo de manutenção das lideranças, com a reeleição até o momento, alcançando o percentual de 54,1%.

Essas ações em que o PT se mostra como parte ou em busca do poder nos levam a concluir que o Partido assume responsabilidades e cumpre-as institucionalmente, principalmente pela representação delegada através das urnas, apesar de ter divergências com o processo democratizador que se instaurou ainda com a ditadura militar. O PT assume o poder decisório político do modelo vigente ao buscar a consolidação da democracia, mesmo que o seu projeto político esteja calcado no socialismo¹² - através da igualdade política e econômica - onde reconhece ser impossível chegar a esse objetivo sem a participação de toda a sociedade¹³.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964 - 1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

CÉSAR, Benedito Tadeu. **Verso,**

reverso, transverso: o PT e a democracia no Brasil. Tese de doutorado em Ciências Sociais: Campinas: UNICAMP, 1985.

LOWY, Michael. **Consciência de Classe e Partido Revolucionário**. In: **Revista Brasileira**, n. 41, p. 138-160, 1962.

_____. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.

_____. **Ideologia e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1992.

PROGRAMA, MANIFESTO, ESTATUTO E DISCURSO DA CONVENÇÃO EM 1981 DO PT, São Paulo: Executiva Nacional, 1981.

PRZEWORSKI, Adam. **Como e onde se bloqueiam as transições para a democracia**. In: **Dilemas da Consolidação da Democracia**. MOISÉS, José A e ALBUQUERQUE, José AG. (organizadores). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RODRIGUES, Leôncio M. **As Eleições de 1994: Uma Apreciação Geral**. In: **Revista DADOS**. Rio de Janeiro: v. 38, n. 1, p. 71-92, 1995.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade Brasília, 1982.

SILVA, Antonio Ozai da. **História das Tendências no Brasil: Origens e Propostas**. Editado pelo Autor, 1981.

TAVARES, José Antônio G. **Sistemas Eleitorais nas Democracias Contemporâneas: Teoria, Instituições, Estratégia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

¹² Em CÉSAR (1995), a pesquisa sobre o projeto político para o PT aponta que a militância quer "manter o socialismo como opção para o PT" (p. 213, 214).

¹³ Resoluções do I Congresso do PT, nos dias 27/11 a 01/12/91, em S. Bernardo do Campo/SP.

Endereço da autora

Ana Lúcia Aguiar Melo
Rua Otacílio José da Silva, 110
97095-480 – Santa Maria - RS
e-mail: anamel@ce.ufsm.br